

Grupo Informal de História Medieval  
Universidade do Porto, Faculdade de Letras  
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal  
[www.gihmedieval.com](http://www.gihmedieval.com)

# ***Incipit 7***

## ***Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018***

COORDENADORES

**André Silva**

*CITCEM – Universidade do Porto*

*CIDEHUS – Universidade de Évora*

**Carlos Teixeira**

*CITCEM – Universidade do Porto*

**Francesco Renzi**

*CITCEM – Universidade do Porto*

**João Martins Ferreira**

*CEPESE – Universidade do Porto*

**Leandro Ferreira**

*CEPESE – Universidade do Porto*

**Mariana Leite**

*Instituto de Filosofia – Universidade do Porto*

Porto, 2019

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-8969-13-2

**Apoio:**

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**U. PORTO**

**F**

Instituto de Filosofia



 **AEFLUP**

## **Ficha técnica**

Título: Incipit 7. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, Francesco Renzi, João Martins Ferreira, Leandro Ferreira, Mariana Leite

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2019

ISBN: 978-989-8969-13-2

Capa: Silvana Sousa

Composição e paginação: André Silva

Grupo Informal de História Medieval  
Universidade do Porto, Faculdade de Letras  
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

[www.gihmedieval.com](http://www.gihmedieval.com)

## **A Peste Negra no Portugal de Trezentos: Impacto e Consequências – Um projeto de doutoramento**

*André Filipe Oliveira da Silva*<sup>1</sup>  
*Universidade do Porto*

### **Resumo**

A Grande Peste de 1347-53, vulgarmente conhecida como Peste Negra, é um dos eventos medievais mais famosos e um daqueles a que mais importância e influência no devir é concedida. O estudo integrado da Peste como fenómeno natural e histórico tem sofrido avanços consideráveis nos últimos anos, mas encontra-se ainda numa fase incipiente em Portugal. Este projeto propõe-se, através do estudo exaustivo da documentação portuguesa do século XIV respeitante a duas regiões – Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana –, medir o impacto desse fenómeno e integrar as consequências dessa primeira grande peste da 2<sup>a</sup> pandemia de peste bubónica no curso dos acontecimentos que marcaram a centúria de Trezentos em Portugal. Recorrendo sobretudo a fontes indiretas, como a alteração nas relações de exploração da terra, da monetarização da economia, nas relações de trabalho, na produção documental, procurarei complementar a informação proveniente de fontes mais tradicionais com os dados de outras disciplinas complementares que, mesmo partilhando o estado incipiente com o estudo histórico da Peste, poderão contribuir decisivamente para a elaboração de novas leituras, interpretações, perguntas e respostas sobre o tema.

### **Palavras-chave**

Peste Negra, Peste Bubónica, Epidemiologia Histórica, Portugal Medieval

### **Abstract**

The Great Plague of 1347-53, commonly known as Black Death, is one of the most famous medieval events, and one of those whose influence and importance is more recognized. The integrated study of Plague as a natural and historical phenomenon had extraordinary advances in the last few years. However, this is not the Portuguese reality, where it keeps being in an early stage of research and development. With this project, I propose to study exhaustively the Portuguese documentation from the 14th century produced in two specific regions – Entre-Douro-e-Minho and Entre-Tejo-e-Odiana, - to measure the impact of Black Death, and to integrate its consequences of that first occurrence of the second pandemic of bubonic plague within the events that marked the Portuguese 14th century. Using mainly indirect primary sources, I will try to understand the role of Black Death analyzing the changes in land use and exploration, working relations, monetarization of economy, the volume of documentary production and its production flows, etc. At the same time, I will try to complete the information collected in traditional sources with data from complementary sciences that, although in a similar early stage in Portugal, may already allow new historical readings, interpretations, new questions and answers about this theme.

### **Keywords**

Black Death, Bubonic Plague, Historical Epidemiology, Medieval Portugal

### **TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO**

A Peste Negra, nome pelo qual se convencionou designar o surto inaugural da Segunda Pandemia de Peste que varreu a Europa, o Médio Oriente e o Norte de África entre 1347 e 1353, após um certo, mas pouco conhecido percurso desde o Extremo Oriente, é um dos temas mais tratados da historiografia europeia. Determinar o seu

---

<sup>1</sup> Bolseiro de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/122385/2016), investigador do CITCEM (UP) e colaborador do CIDEHUS (UÉ).

impacto e medir as suas consequências foram os principais pretextos para estudar este fenómeno complexo e global. As suas dimensões ultrapassam as da sociedade humana, misturando-se numa teia intrincada de fatores ecológicos, climatológicos e antropológicos, cuja combinação provocou uma tempestade epidémica perfeita. As características deste fenómeno tornam-no particularmente interessante para estudos de análise transversal: arte, cultura e mentalidades, economia, sociedade e política.

Enquanto bolsheiro do CIDEHUS, em Évora, a documentação parecia estranhamente silenciosa sobre esse evento, fazendo crer até numa evolução demográfica e económica positiva na região eborense após 1350. Decidi, então, dedicar o meu projeto de doutoramento ao estudo da Peste, sobretudo ao do primeiro grande surto que atingiu Portugal na segunda metade de 1348, definindo como espaços de análise duas regiões medievais portuguesas muito distintas: o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana. No primeiro caso, temos um povoamento disperso, mas denso, numa região marcada pelo elemento senhorial e por uma organização social do espaço consolidada já desde há alguns séculos aquando da Peste. A segunda região, geograficamente muito mais extensa, mas escassamente povoada, estava numa fase relativamente precoce da sua reorganização social, após séculos como região de fronteira disputada entre poderes cristãos e islâmicos. Estas regiões afiguram-se como um excelente ponto de partida para uma análise comparativa entre dois territórios pertencentes ao mesmo reino, que, sendo diametralmente opostos nas suas características geoambientais e nos seus antecedentes históricos, com reflexos óbvios no elemento humano e nas condicionantes da sua ocupação, poderão fornecer um retrato heterogéneo do impacto e das consequências de um cataclismo epidémico como o da Peste Negra. Outras regiões com enorme potencial ficam de fora: as Beiras e a Estremadura, por exemplo. Porém, as condicionantes temporais e o desejo de analisar duas realidades díspares, previsivelmente contrastantes e territorialmente descontínuas, onde soluções diversas de exploração económica e de ocupação social reflitam reações distintas a um mesmo problema, fizeram-me optar por estes dois territórios.

Prevê-se a recolha de todos os atos notariais e de outros diplomas produzidos ou dirigidos às antigas comarcas em análise entre 1310 e 1379. Estas datas não se definem por eventos em particular, mas pela proximidade destes. Na Europa Ocidental, a década de 1310 foi marcada por períodos de graves crises frumentárias, provocadas por anos sucessivos de condições climatéricas adversas, sobretudo entre 1315 e 1322. Iniciar a recolha de dados numa data que antecede em poucos anos o aparecimento dos primeiros grandes fatores de instabilidade à escala continental permitirá recolher informações e traçar um quadro de evolução nas duas regiões ao longo de várias décadas onde se registam problemas de abastecimento cerealífero, guerras – civil, com Castela e contra Mouros -, e até crises de mortalidade cuja responsabilidade não é ainda clara e, provavelmente, se deveram à combinação de fatores económicos, climatéricos e epidemiológicos, como é o caso da intrigante mortandade dos anos 1331-1333. Apenas com esta análise às décadas que antecederam a Peste Negra se poderá perceber a dimensão do seu impacto e as diferenças entre o antes e o depois, sem sobre ou subvalorizar a sua importância, e enquadrando-a devidamente no conjunto dos eventos desestabilizadores que marcaram o século XIV. O *terminus ad quem* avança também alguns anos após a promulgação da *Lei das Sesmarias*, (1375), permitindo, por um lado, perceber o seu alcance e, por outro, analisar sete décadas completas, com a Peste acontecendo mais ou menos a meio. Se a Peste Negra e os surtos que lhe sucederam tiveram um impacto indelével, as sucessivas guerras – e em 1379 estavam já disputadas - e perdidas - duas Guerras Fernandinas -, os fatores climáticos desfavoráveis e as convulsões sociais terão uma parte importante no processo que conduziu a soluções legislativas como a Lei das Sesmarias, cujo alcance prático, de resto, é difícil de medir.

## ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Vive-se um período entusiasmante no estudo da Peste: em 2011, uma equipa liderada por Kirsteen I. Bos publicou os resultados de uma investigação que conseguiu

sequenciar o genoma da *Yersinia Pestis*, o agente patogénico que provoca a Peste nas suas diversas formas, a partir de restos mortais de vítimas da Peste Negra<sup>1</sup>; assim, foi confirmada a opinião generalizada de que a Bubónica foi efetivamente o principal agente – ainda que possa não ter sido o único – na mortalidade generalizada de meados do século XIV. Ao longo dos quase dois séculos com que a historiografia moderna da Peste já conta, o estudo do tema foi-se alargando a novos métodos e possibilidades, renovando-se quando uma doença infecciosa se torna (ou se volta a tornar) ameaçadora – sucessivamente a cólera, o tifo, a tuberculose, a gripe, a SIDA, e, nos últimos anos, o ébola, o zika, e muitas doenças consideradas controladas ou quase extintas, como a própria peste, o sarampo e a difteria, que voltam a ser preocupantes –, beneficiando com a tecnologia e produzindo um manancial bibliográfico numerosíssimo que nos legou um estudo monográfico ou analítico relativamente ao tema com enfoque local, regional ou nacional sobre quase todas as áreas da Europa, Médio Oriente e Norte de África; por outro lado, também as análises globais, coletivas e interdisciplinares têm avançado de forma extraordinária<sup>2</sup>. A historiografia portuguesa contrasta com essa abundância, e os frutos ainda não vão além de um pequeno número de breves ensaios, com destaque para o trabalho dirigido por Virgínia Rau,<sup>3</sup> e para os artigos assinados por Humberto Baquero Moreno,<sup>4</sup> Maria Helena da Cruz Coelho,<sup>5</sup> e, mais recentemente, Mário Jorge Barroca.<sup>6</sup> A exceção faz-se pelo estudo introdutório que Mário da Costa Roque fez à edição do *Regimento Proveytoso Contra Ha Pestenença*, ainda que, neste caso, o autor tenha feito sobretudo um trabalho de revisão bibliográfica.<sup>7</sup> Por vezes, o tema surge integrado num estudo alargado, sobretudo sob uma perspetiva local, no qual se destacam as teses e dissertações sobre núcleos urbanos ou áreas rurais. Contudo, não sendo este o foco da análise, as eventuais consequências podem surgir matizadas. Destaco, para as monografias de cidades e vilas, as teses de doutoramento de Maria da Conceição Falcão

---

<sup>1</sup> Kirsten I. Bos, Verena J. Schuenemann, G. Brian Golding, Hernán A. Burbano, Nicholas Waglechner, Brian K. Coombes, Joseph B. McPhee, Sharon N. DeWitte, Matthias Meyer, Sarah Schmedes, James Wood, David J. D. Earn, D. Ann Herring, Peter Bauer, Hendrik N. Poinar, Johannes Krause. “A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death”. [pdf] *Nature* 478: 506–510. doi:10.1038/nature10549

<sup>2</sup> Neste contexto, não faria sentido fazer uma lista que abrangesse todos os estudos locais. Destaco, para a perspetiva global, o clássico de Jean-Noël Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, 2 vols. (Paris: Mouton, 1975-1976), a síntese do norueguês Ole J. Benedictow, *The Black Death 1346-1353: The Complete History* (Woodbridge: The Boydell Press, 2004) e a abordagem global, coletiva e multidisciplinar de *The Medieval Globe* 1, 1 (2015) - *Pandemic Disease in the Medieval World: Rethinking the Black Death*, número inaugural e especial editado por Monica H. Green e disponível em acesso livre em <https://scholarworks.wmich.edu/tmg/vol1/>.

<sup>3</sup> Virgínia Rau, dir., Para o Estudo da Peste Negra em Portugal. Separata de *Bracara Augusta*, vol. 14-15, n.º 1-2 (1963), colaborando neste estudo Iria Gonçalves, Humberto Baquero Moreno, Luís Oliveira Ramos, coordenados por A. H. de Oliveira Marques.

<sup>4</sup> Humberto Baquero Moreno, “A Peste Negra e os legados à Igreja,” *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique VI* (1996): 133-143; “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85,” *Bracara Augusta* tomo XXXVII, fasc. 83-84 (1983): 373-386; “Um testamento concebido durante a Peste Negra,” *Bracara Augusta* tomo XXXII, fasc. 73-74 (85-86), (Jan.Dez. 1978): 125-141.

<sup>5</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra,” *Revista Portuguesa de História* XVIII (1980): 312-331.

<sup>6</sup> Mário Jorge Barroca, “A peste negra na epigrafia medieval portuguesa”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. 3 (Porto: Universidade de Porto. Faculdade de Letras, 2003), 1159-1166.

<sup>7</sup> Mário da Costa Roque, *As pestes medievais europeias e o "regimento Proueytoso vontra ha pestenença"* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979).

Ferreira, sobre Guimarães,<sup>1</sup> e de Maria Ângela Beirante, sobre Évora,<sup>2</sup> e, para o meio rural, a tese de doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho.<sup>3</sup>

Um dos problemas que se colocam a este projeto passa pela falta de desenvolvimento em Portugal, ou de estudos sobre Portugal, nas disciplinas que têm permitido saltos extraordinários no estudo das epidemias históricas, em colaboração com os historiadores *tout court*. Assim, no que toca à climatologia histórica e às análises dendrocronológicas, paleogenómicas, arqueozoológicas e paleopatológicas, por exemplo, o melhor que poderei fazer é recorrer aos estudos de além-fronteiras e colocar todas as hipóteses, sem poder verdadeiramente estabelecer comparações. Há, portanto, uma dimensão provisória em todo este trabalho que, porém, é necessária e deverá servir como ponto de partida para futuras abordagens coletivas multidisciplinares que se foquem no caso português.

## FONTES

São cerca de 80 os fundos documentais, preservados em mais de dezena e meia de arquivos, que serão alvo desta recolha, sendo provenientes da Administração Central e Local e de instituições localizadas nas regiões em estudo ou sendo possuidoras de importantes patrimónios nelas. Estando a terminar o primeiro de quatro anos de projeto, a recolha documental em alguns destes fundos foi já concluída, ou encontra-se bastante adiantada. Neste momento,<sup>4</sup> o levantamento de dados conta já com cerca de 6000 atos notariais e outros diplomas, prevendo-se um número final que rondará os 9000 documentos. A seguinte tabela integra os fundos analisados e a analisar:

ARQUIVO	FUNDOS e COLEÇÕES
Arquivo Nacional da Torre do Tombo	Mitra Arquiepiscopal de Braga, Colegiada de Santa Maria de Barcelos, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Colegiada de Santo Estêvão de Valença, Colegiada de São Martinho de Cedofeita, Mosteiro do Salvador da Maia, Mosteiro de São Simão da Junqueira, Mosteiro de Santa Maria de Landim, Mosteiro de São Miguel de Vilarinho, Mosteiro do Salvador de Paderne, Mosteiro de Santa Maria de Refoios do Lima, Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela, Mosteiro de São Martinho de Caramos, Mosteiro de Santa Maria da Oliveira de Vermoim, Mosteiro do Salvador de Grijó, Mosteiro de São Pedro de Pedroso, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Mosteiro de Santo Tirso, Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, Mosteiro de São Romão do Neiva, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, Mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto, Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim, Convento do Salvador de Vilar de Frades, Convento de Santa Clara de Guimarães, Convento de Santa Clara de

<sup>1</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães - 'Duas Vilas, Um Só Povo'. Estudo de História Urbana (1250-1389)* (Braga: CITCEM, 2010).

<sup>2</sup> Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995).

<sup>3</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média* (Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989).

<sup>4</sup> Este número diz respeito a outubro de 2018. Aquando da apresentação no Workshop, o número rondava os 3000 documentos.

	Portalegre, Convento de Santa Clara do Porto, Convento de Santa Clara de Vila do Conde, Convento de São Domingos do Porto, Mosteiro de Santo André de Ancede, Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, Coleção Especial, Chancelaria Régia, Gavetas, Leitura Nova, Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Documentos Avulsos, Mosteiro do Salvador de Vairão, Mosteiro de São Pedro de Roriz, Leis e Ordenações.
Arquivo Distrital de Braga	Gavetas do Cabido, Coleção Cronológica, Santa Casa da Misericórdia de Braga.
Arquivo Distrital do Porto	Cabido da Sé do Porto, Mitra da Sé do Porto, Convento de São Francisco do Porto, Convento de Santo André de Ancede, Convento de São João Baptista de Pendorada, Convento de São Pedro de Roriz.
Arquivo Distrital de Évora	Santa Casa da Misericórdia de Évora, Arquivo Histórico Municipal de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora.
Arquivo Distrital de Portalegre	Convento de São Domingos de Elvas.
Arquivo da Universidade de Coimbra	Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Mosteiro de São Pedro de Pedroso, Mosteiro de São Fins de Frestas, Mosteiro de São João de Longos Vales, Mosteiro de São Pedro de Roriz, Mosteiro do Salvador de Moreira.
Arquivo Municipal de Guimarães	Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Mosteiro de Souto, Irmandade de São Crispim e São Crispiano, Pergaminhos da Câmara.
Arquivo Municipal de Ponte de Lima	Coleção de Pergaminhos.
Arquivo Municipal de Viana do Castelo	Pergaminhos do fundo especial da Câmara, Cartas Régias.
Arquivo Histórico Municipal do Porto	Câmara Municipal do Porto, João Martins Ferreira.
Arquivo Histórico Municipal de Elvas	Pergaminhos, Pergaminhos de Santa Maria da Alcáçova.
Arquivo da Sé de Évora	Cabido da Sé de Évora, Bacharéis da Sé de Évora, Mitra da Sé de Évora.
Arquivo da Sé de Portalegre	Igreja de Santa Maria dos Açougues de Elvas.
Biblioteca Pública de Évora	Pergaminhos Avulsos, Convento de São Domingos de Évora, Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos, Mosteiro de São Bento de Cástris, Convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, Convento de São Francisco de Évora, Convento de São João Evangelista de Évora, Convento de São Paulo

	da Serra de Ossa, Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora.
Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)	Núcleo de Documentação Abade de Tagilde.

Esta lista poderá ainda sofrer alterações ao longo do projeto, havendo alguns acrescentos em estudo: documentos do Archivo Historico Diocesano de Tui relativos ao antigo Arcediado de Valença e alguma documentação medieval respeitante ao território de Olivença, ainda a localizar.

A estes documentos inéditos, juntam-se também fontes publicadas. No plano nacional, serão importantes os volumes de Cortes dos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, as chancelarias de D. Afonso IV e de D. Pedro, assim como os volumes publicados da chancelaria de D. Dinis. De igual modo, a documentação pontifícia relativa a Portugal será consultada nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Por outro lado, também diversos documentos preservados em coleções ou arquivos privados, e que foram alvo de publicação, serão consultados nas suas versões publicadas.<sup>1</sup>

## METODOLOGIA

A recolha de milhares de documentos produzidos entre 1310 e 1379 permitirá uma análise dupla, quantitativa e qualitativa, através da qual o efeito da Peste poderá ser evidenciado – mesmo que nem sempre possa ser *medido*.

A análise quantitativa incidirá sobre ritmos de produção documental em determinadas áreas. Como é natural, a documentação que sobreviveu até aos nossos dias está longe de corresponder à totalidade da documentação produzida nas/para as instituições em estudo. Contudo, também é verdade que, tendo passado por uma eliminação passiva e fruto da negligência ou degradação dos respetivos cartórios, também será de esperar que a documentação dos anos em que a produção tenha sido mais numerosa sobreviva em maior quantidade. Ainda que essas variações não se reflitam de forma proporcional – ou, pelo menos, não tenhamos como provar essa proporcionalidade –, poderão fornecer mais pistas e acrescentar mais elementos à análise quantitativa. Esta análise pode ser aplicada a todos os documentos produzidos em determinadas áreas geográficas – daí a preocupação pela recolha de todos os documentos sobreviventes produzidos nestes territórios durante estes 70 anos –, ou a tipologias documentais concretas. No caso do conjunto global, as variações, sobretudo os intervalos sem qualquer documento produzido, parecem coincidir com eventos particularmente desestabilizadores, sobretudo epidemias e episódios bélicos, com destaque para as pestes e os cercos. Caso se prove esta coincidência de ‘silêncios’ documentais com acontecimentos violentos, a sua utilização ganha redobrada validade. No que diz respeito aos números das tipologias concretas, os fluxos de produção de novos contratos enfiteúticos ou de sentenças judiciais poderão oferecer novas perspetivas sobre a sociedade que se reorganiza no pós-Peste ou após um cerco. Parece ser isto que demonstra o gráfico inserido nos anexos deste texto e que pode refletir um aumento exponencial de novos contratos enfiteúticos em 1349-51, depois novamente por volta de 1360-61 e 1369-70, ou seja, coincidindo com a primeira, segunda e terceira *pestilências*, para as quais, de resto, as pouquíssimas referências diretas e explícitas poderiam, em

<sup>1</sup> São exemplo disso os pergaminhos publicados por Maria João Oliveira e Silva e Luís Carlos Amaral, pertencentes a uma coleção privada, e os pergaminhos da Confraria de São João do Souto, de Braga, preservados ainda no arquivo da confraria e publicados por José Marques em *Braga Medieval* (Braga: [s.n.], 1983). Luís Carlos Amaral e Maria João Oliveira e Silva, ed., *Pergaminhos de Uma Coleção Particular* (Porto: CITCEM, 2016).

princípio, sugerir um impacto menos acentuado. A recolha de milhares de documentos poderá conferir solidez a esta análise numérica, cruzando diversos produtores e cartórios e permitindo matizar as vicissitudes de cada subgrupo documental.

A análise qualitativa incluirá tantos aspetos quantos puderem ser abordados pelos documentos. O impacto ‘direto’ poderá refletir-se, por exemplo, na mortalidade evidente de grupos cuja exposição social torna mais vulneráveis, ainda que esse impacto não possa ser tomado como geral, precisamente por serem grupos particularmente vulneráveis. Ao contrário das seguintes, a Peste de 1348 foi uma novidade para as populações afetadas, pelo que, pelo menos numa fase inicial, não terá provocado o pânico instantâneo e a fuga apressada das populações de um local infetado. Entre os homens previsivelmente mais expostos à doença, estariam os clérigos e os tabeliães. Se a mortalidade dos clérigos apenas poderá ser indiretamente medida, e sempre de forma parcial, a dos tabeliães pode ser avaliada através da comparação entre aqueles que redigem documentos antes e depois da Peste. Se a mortalidade generalizada dos tabeliães ou a sua fuga não nos esclarecem sobre o impacto da epidemia, demonstram que esta foi capaz de desestabilizar a ordem social e interromper o seu curso. No campo das consequências, também as pequenas alterações nos formulários dos contratos enfiteúticos, muitas vezes locais e nem sempre permanentes, poderão traduzir alterações. Se no Entre-Douro-e-Minho a introdução de cláusulas que explicitam que o foreiro não poderá deixar o emprazamento data de antes da Peste - e parece surgir após os agitados primeiros anos da década de 1330 - após a Peste, estas cláusulas multiplicam-se e chegam a prever que o foreiro não se poderá escusar de pagar o foro na quantidade e no tempo devido por ter ocorrido uma tempestade, uma peste ou um outro “caso fortuito”. No Alentejo, por outro, estas cláusulas parecem estar maioritariamente ausentes e, nas raras aparições bem mais tardias, previnem mais escusas por terramotos do que por tempestades ou pestes, o que demonstra a existência de uma certa flexibilidade dos formulários para se adaptarem às realidades locais e à evolução das necessidades.

Se estas modificações de formulários revelam novas formas de proteção dos interesses dos senhorios, essa evolução não foi unilateral. Para explorar um pouco essa alteração – que vai além da dimensão metodológica -, remeterei de seguida para o ponto que trata de hipóteses prévias.

## ESTRUTURA

Faltando três anos para a conclusão do projeto, esta estrutura é provisória e está desenvolvida de forma desigual. Há capítulos que, por dependerem menos da análise documental, estão já pré-estruturados. Outros aguardarão o contributo de muita bibliografia ainda a ler.

### Parte 1 – Antes da Peste

- A peste antes da Peste.
- O léxico da peste.
- Doenças infecciosas em Portugal antes de 1348.
- Portugal nas vésperas da Peste: síntese.

### Parte 2 – A Peste de 1348 em Portugal – Impacto

- Entrada e propagação da Peste em Portugal
- Fatores favoráveis e desfavoráveis para o desenvolvimento da doença em Portugal
- Mortalidade: a aproximação possível

### Parte 3 – Depois de 1348 – Consequências

- Os fluxos de produção documental e a mortalidade dos tabeliões: um indicador de impacto?
- Alterações económicas: a desvalorização das rendas e a evolução dos preços dos cereais, do trabalho; a moeda e a monetarização da economia.
- Mudança social: as relações entre senhores e enfiteutas, as tensões sociais e as especificidades do caso português.
- A administração e o direito: legislação e oficialatos no pós-Peste, reflexo da situação socioeconómica?

#### Parte 4 – A memória do acontecimento

- As crónicas medieval e moderna em Portugal e a Peste.

#### DADOS SEMI-TRATADOS

Nesta fase ainda inicial do meu projeto, é já possível explorar algumas hipóteses recorrendo a dados recolhidos nos mais de três mil documentos consultados até ao momento. Tendo começado pelas instituições nortenhas, é nessas onde o trabalho está mais adiantado, sobretudo no que diz respeito aos fundos vimaranenses (já terminados) e bracarenenses (metade já vistos).<sup>1</sup>

Um dos aspetos já evidentes é o da variação de rendas previstas nos contratos enfiteúticos de algumas propriedades da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, para as quais temos contratos que nos permitem comparar os valores de renda das mesmas propriedades antes e depois da Peste, por vezes com meia-dúzia de contratos ao longo destas sete décadas de análise. Os dados dizem respeito a tipologias diferentes de propriedade: há contratos enfiteúticos sobre casais, quintas e lugares, mas também cedências de domínio útil de igrejas, onde o enfiteuta era, por norma, o vigário ou reitor. A diversidade de tipologias de propriedade é um fator importante de análise. Não havendo uma documentação em série que permita analisar todas as unidades de exploração familiar, a desvalorização dos casais e outras unidades agrárias mais pequenas pode ser um dado enganador: pode tratar-se simplesmente de pequenas terras menos produtivas que são ocupadas por indivíduos que delas sairão quando encontrarem algo melhor, o que leva à progressiva desvalorização das rendas pedidas pelos senhorios, na tentativa de os fixar, sem que isso reflita direta ou incontestavelmente uma quebra demográfica. Contudo, é possível verificar que a quebra no valor contratual das propriedades em causa acontece também nas propriedades de maiores dimensões, onde várias unidades familiares e, eventualmente, uma ou outra unidade de transformação, coexistem e diluem eventuais assimetrias locais muito acentuadas. Por fim, as igrejas e os coutos são também casos paradigmáticos, pois as suas rendas estavam tão ou mais dependentes do número de paroquianos e da capacidade que estes tinham de pagar os tributos eclesiásticos, com a dízima à cabeça, do que das propriedades que lhes pertenceriam e que, no caso das igrejas paroquiais, seriam de pequena importância.

Nos exemplos estudados, as propriedades para as quais conhecemos contratos redigidos antes e depois de 1348, cuja limitação de espaço me impede de apresentar com maior detalhe, as rendas contratualizadas caem entre 30% e 90%. Esta diminuição é relativa, e a quebra real poderá ser ainda mais acentuada: os valores que utilizei para o cálculo das percentagens não estão ajustados à inflação nem têm em conta eventuais desvalorizações da moeda ocorridas entre 1310 e 1379. Por outro lado, trata-se de um conjunto de dados cujo tratamento completo exigirá muito mais variáveis e considerações: a diminuição progressiva dos contratos que preveem rendas em géneros,

---

<sup>1</sup> Esta análise prévia diz respeito ao estado do trabalho aquando da redação do texto da apresentação no Workshop de Estudos Medievais, em março de 2018. Optei por manter esta breve análise e não refazer com os dados que recolhi desde então, pois apenas produziria mais uma análise intermédia e provisória. Aquilo que aqui se pretende é demonstrar o potencial da recolha e análise.

em quantidades pré-estabelecidas ou frações da produção – o que pode revelar uma maior monetarização da exploração fundiária –; as alterações na relação entre senhorios e enfiteutas, com uma possível evolução rumo a um equilíbrio mais real – e compreendido – pelas partes aquando da negociação de novos contratos; uma maior proximidade entre o senhorio e quem efetivamente cultiva os terrenos, pois em muitos dos casos o enfiteuta é um intermediário entre o senhor e os caseiros ou jugueiros das terras e, com esta convulsão social, muitos dos jugueiros e caseiros, moradores nas terras, assumem-se como enfiteutas nos novos contratos, eliminando um elemento na cadeia económica de exploração da terra e garantindo um nível de rendimento mais desafogado, duplamente beneficiado pela diminuição das rendas contratualizadas pelo senhorio.

A desvalorização verifica-se sempre após a Peste de 1348. Se, em vários casos, os contratos são mais numerosos para a mesma propriedade após a Peste, isso poderá traduzir uma degradação nas condições de vida que elimine rapidamente as duas ou três pessoas cujas vidas representam a duração do contrato, ou, mais provavelmente, uma instabilidade e/ou mobilidade que permita uma maior circulação de enfiteutas entre bens, muitas vezes de forma irregular e com quebra ilegal de contratos. De resto, em 1350, uma carta régia determina que todos aqueles que têm contratos com a Colegiada de Guimarães deverão cumpri-los, cultivando as propriedades e pagando as rendas pré-determinadas.<sup>1</sup>

É verdade que temos informação abundante apenas de uma pequena parte dos bens da Colegiada de Guimarães. Porém, é igualmente verdade que muitos dos bens que foram desocupados pelos seus enfiteutas após a Peste, quer por morte, quer por deslocação para uma propriedade mais proveitosa, podem não ter sido reocupados durante muitos anos, não produzindo documentação. Assim, estes contratos com quebra de rendas podem até ser a face menos má da nova realidade económica do senhorio. Muitas propriedades foram reocupadas à revelia, sem consentimento nem proveito do senhorio. Há várias sentenças que nos dizem que alguns desses bens foram ocupados ilegalmente, sendo cultivados e mesmo habitados por longos anos até a Colegiada ser capaz de regularizar a situação. Em vários destes casos, a igreja limita-se a fazer um acordo com os ocupantes, no qual lhes perdoa os anos de rendas não pagas – por vezes bem mais de uma dezena de anos –, formalizando a relação contratual e estabelecendo um foro, normalmente mais baixo do que aquele que recebiam antes da Peste pelos mesmos bens.<sup>2</sup> Há também irregularidades em meio urbano, onde o exemplo de uma casa situada a 100 metros da própria Colegiada, em Guimarães, cujos ocupantes deixaram de pagar parte do foro a partir de 1348 e só foram condenados a regularizar os pagamentos em 1377,<sup>3</sup> não sendo o único,<sup>4</sup> é paradigmático no que diz respeito à incapacidade que a Colegiada revela de fazer valer a autoridade a partir de 1348, a Colegiada. Esta referência a 1348 como o ano em que a maioria destas ocupações ilegais são feitas ou em que as irregularidades começam é frequente, explicando-se por vezes que ocorreram “no ano da pestilência, que foi na era de mil trezentos e oitenta e seis”.<sup>5</sup>

A Colegiada de Santa Maria de Guimarães parece ser um exemplo precoce na leitura de uma nova conjuntura. Os contratos lavrados logo em 1349, poucos meses depois do pico da Peste e, talvez, ainda durante os últimos contágios e mortes, sugerem

---

<sup>1</sup> ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, mç. 1, n.º 40.

<sup>2</sup> AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 146; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 263; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 268; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 33, n.º 27; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 274; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 281.

<sup>3</sup> ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 36, n.º 32.

<sup>4</sup> AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 273.

<sup>5</sup> AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 453.

que a Colegiada procurou rapidamente reocupar tantas terras quanto possível, ainda que isso significasse a diminuição de rendas a médio prazo. Isto contrasta com as reações vigorosas de muitos senhorios um pouco por toda a Europa. Mesmo que a legislação régia tenha tentado combater a mobilidade provocada pela agitação social – causa e consequência de flutuações económicas – as rendas não voltam a subir no período em estudo, várias décadas após o embate da epidemia de bubónica. Esta é, contudo, uma leitura prévia e que exige precaução, sendo mais um aspeto relevante a ser explorado ao longo do projeto e na documentação das diversas instituições e territórios em estudo.

Também o tabelionato serve de barómetro para o impacto imediato da Peste em Guimarães: praticamente nenhum tabelião ativo antes de 1348 redige documentos após esse ano, havendo apenas um caso em que isso pode ter acontecido. Confirma-se, assim, a ideia já expressa por Maria da Conceição Falcão, de que essa mudança brusca se deverá às mortes dos tabeliães durante a Peste.

Avançando com alguns dados sobre Braga, onde a documentação política e institucional se sobrepõe àquela de natureza económica – o contrário do que acontece em Guimarães –, é ainda assim possível ver reflexos da Peste. Eles manifestam-se através de várias ações: na doação de rendas em trigo que o arcebispo D. Guilherme faz ao Cabido em 1356, devido à diminuição considerável dos frutos e rendas dos bens do Cabido nos anos anteriores<sup>1</sup>; na aglutinação de paróquias, em 1358, feita por uma destas se ter tornado insuficiente para manter o seu reitor, devido à *Mortandade* que houve e que reduziu dramaticamente os seus réditos, e por a outra se encontrar vaga;<sup>2</sup> no emprazamento de uma igreja e das suas respetivas terras a um leigo, em 1360, com a condição de a melhorar *de guisa que a torna ao stado em que era ante da pestilência*.<sup>3</sup> Se os argumentos de diminuição de rendas podem ser considerados retórica para convencer um arcebispo não residente, ainda assim se demonstra que esses argumentos passaram a ser verosímeis e teriam algum tipo de verdade. O próprio arcebispo D. Gonçalo Pereira é uma vítima provável, e a instabilidade vivida em Braga e no seu senhorio nas décadas que se seguiram à sua morte podem ter tido a Peste como ponto inicial ou, pelo menos, como catalisador.

Esta análise, breve e ainda incipiente, demonstra que há muito mais para estudar nos efeitos da Peste Negra em Portugal do que a produção historiográfica até ao momento demonstrou. As fontes disponíveis são distintas daquelas tradicionalmente preferidas para este tipo de estudos no resto da Europa e no mundo Islâmico, mas permitem obter amostras capazes de lançar novas luzes sobre o impacto e as consequências deste evento transcontinental em vários domínios, incluindo na evolução e transformação económicas. Estando apenas a começar, creio que já é possível afirmar que, dentro de poucos anos, teremos dados importantes e inéditos para a compreensão deste fenómeno em Portugal, integrando-o na teia de fatores de instabilidade e transformação que se sucederam neste período.

---

<sup>1</sup> ADB, Gavetas do Cabido, *Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido*, doc. 271.

<sup>2</sup> ADB, Gavetas do Cabido, *Gaveta 1ª das Igrejas*, doc. 40.

<sup>3</sup> ADB, Gavetas do Cabido, *Gaveta dos Prazos do Cabido*, doc. 66.

## Nº de emprazamentos, aforamentos e arrendamentos produzidos por instituições de Guimarães ou do seu julgado

